



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ZAMP S.A.

CNPJ/MF nº 13.574.594/0001-96



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - RI

DIVULGAÇÃO DE RESULTADOS - 4T25 e 2025

DESTAQUES (4T25 vs 4T24)

- RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA DE R\$ 1,5 BILHÃO NO TRIMESTRE (+14% VS. 4T24);
- CRESCIMENTO DE 30,3% EM VENDAS DIGITAIS (TOTEEM, DELIVERY, APP), QUE REPRESENTARAM 57,1% DA RECEITA DA COMPANHIA;
- VENDAS COMPARÁVEIS DE 5,3% PARA BURGER KING*, 19,7% PARA POPEYES*, 15,6% PARA STARBUCKS* E, 21,4% EM SUBWAY*;
- CLUBE BK, O PROGRAMA DE FIDELIDADE DA COMPANHIA, ATINGIU 22,4 MILHÕES DE USUÁRIOS, +1 MILHÃO DE USUÁRIOS VS. IMEDIATAMENTE O TRIMESTRE ANTERIOR;
- MARGEM BRUTA DE 65,9% (+0,6 VS 4T24);
- EBITDA AJUSTADO DE R\$ 259 MILHÕES, AUMENTO DE 43,2% YOY, SENDO R\$ 187 MILHÕES EX-IFRS16, AUMENTO DE 72,4% YOY;
- DÍVIDA LÍQUIDA ATINGE R\$ 679,1 MILHÕES E ALAVANCAGEM EM 1,5X.

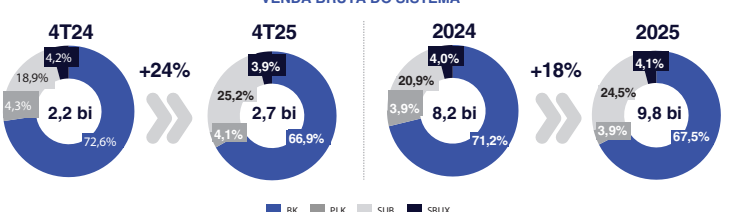
EVENTO SUBSEQUENTE

12ª Emissão de Debêntures - Em fevereiro de 2026, o Conselho de Administração aprovou a 12ª emissão de debêntures, em série única, não conversíveis em ações, da espécie quirográfrica, para distribuição pública no montante de R\$500 milhões, podendo ser aumentado em até 20%, mediante exercício de lote adicional (conforme definido no contrato de Escritura de Emissão), de acordo com a demanda verificada no Procedimento de Bookbuilding podendo chegar, neste caso, ao volume de até R\$600 milhões. As debêntures correspondentes ao valor base da emissão serão distribuídas sob o regime de garantia firme de colocação, garantia concedida pelo Banco Itaú (líder da operação) e Banco Santander, enquanto as debêntures emitidas em decorrência do exercício, total ou parcial, da opção de lote adicional serão distribuídas sob o regime de melhores esforços de colocação. As debêntures, uma vez distribuídas ao mercado, não contarão com garantias de qualquer natureza e sua remuneração será calculada com base na variação acumulada das taxas CDI, acrescida de 2,1% ao ano. O prazo de vencimento é de 5 anos contados a partir da data de emissão, com hipótese de vencimento antecipado e de resgate antecipado previstas na escritura de emissão. Os recursos captados têm como objetivo fins corporativos gerais, incluindo, mas não se limitando ao realinhamento dos financiamentos de curto prazo, mediante pagamento dessas obrigações, reforço de capital de giro e investimentos em expansão e/ou no curso regular dos negócios do Grupo. A Administração da Companhia avaliou que este evento não afeta as informações apresentadas nas demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025.

INDICADORES CONSOLIDADOS ZAMP

DESTAQUES FINANCEIROS - R\$ milhões (CONSOLIDADO)	4T25	4T24	VAR.	2025	2024	VAR.
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	1.478,9	1.296,7	14,0%	5.231,9	4.556,4	14,8%
CMV	(504,8)	(450,8)	12,0%	(1.825,3)	(1.597,9)	14,2%
% DA RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	34,1%	34,8%	-63bps	34,9%	35,1%	-18bps
EBITDA AJUSTADO	258,9	180,8	43,2%	740,6	595,5	24,4%
% DA RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	17,5%	13,9%	356bps	14,2%	13,1%	108bps
EBITDA AJUSTADO SEM IFRS 16	186,5	108,2	72,4%	462,6	346,3	33,6%
% DA RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	12,6%	8,3%	427bps	8,8%	7,5%	124bps
LUCRO (PRELÍZIO) LÍQUIDO	31,4	(40,6)	-177,3%	(107,1)	(191,3)	-44,0%
LUCRO (PRELÍZIO) LÍQUIDO SEM IFRS 16	29,7	(43,2)	-168,6%	(105,1)	(186,4)	-43,6%
DÍVIDA BRUTA	1.257,5	1.298,7	-3,2%	1.257,5	1.298,7	-3,2%
DÍVIDA LÍQUIDA (EX - IFRS 16)	679,1	552,4	22,9%	679,1	552,4	22,9%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.500,6	1.546,0	-2,9%	1.500,6	1.546,0	-2,9%

VENDA BRUTA DO SISTEMA*



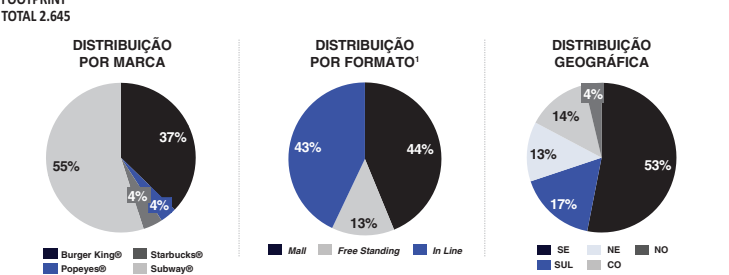
* Venda Bruta Sistema: somatório de vendas de lojas próprias e franqueadas, considera o total anual transacionado por todas as marcas, excluídos cancelamentos e descontos.

Com as quatro marcas integradas ao portfólio, o ecossistema Zamp movimentou uma receita bruta de R\$2,7 bilhões no quarto trimestre de 2025, um avanço de 24% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior que já contava com as operações da Subway* e da Starbucks*. Para o ano, a Companhia atingiu um resultado de R\$9,8 bilhões, uma evolução de 18% versus o ano anterior. A expansão da margem bruta consolidada é um reflexo da estratégia de *revenue management* adotada no período como forma de mitigar os impactos da pressão inflacionária, que trouxe aumentos expressivos a partir do segundo semestre de 2024. Ainda, a diversificação da receita da Companhia, com maior receita de serviços decorrente da operação de Subway, contribui para diluição adicional do custo de mercadoria vendida. Por fim, o EBITDA Ajustado totalizou R\$ 186,5 milhões no período, representando crescimento de 72,4% em relação ao mesmo trimestre de 2024. O resultado evidencia o consistente avanço das vendas e a maior alavancagem operacional dos restaurantes, mesmo em um cenário de investimentos relevantes na estrutura corporativa para suportar a integração das marcas adquiridas.

PORTFÓLIO DE LOJAS SISTEMA ZAMP

LOJAS POR MARCA (fim do período)	4T25	4T24	VAR.
BURGER KING	985	970	15
RESTAURANTES PRÓPRIOS	695	697	-2
RESTAURANTES FRANQUEADOS	290	273	17
POPEYES	95	93	2
RESTAURANTES PRÓPRIOS	87	85	2
RESTAURANTES FRANQUEADOS	8	8	0
STARBUCKS	112	114	-2
RESTAURANTES PRÓPRIOS	0	0	0
RESTAURANTES FRANQUEADOS	0	0	0
SUBWAY	1453	1531	-78
RESTAURANTES PRÓPRIOS	0	0	0
RESTAURANTES FRANQUEADOS	1453	1531	-78
ZAMP	2645	2708	-63
RESTAURANTES PRÓPRIOS	894	896	-2
RESTAURANTES FRANQUEADOS	1751	1812	-61

FOOTPRINT TOTAL 2.645



* Formato Mall considera lojas Food Court, Aeroportos, Universidade e Ghost Kitchen; Lojas Office e em rodovias sem drive-thru, consideradas como in-line.

Ato final de 2025, a Zamp contava com 2.645 unidades em operação, entre lojas próprias e franqueadas, distribuídas pelas quatro marcas que compõem seu portfólio. Com presença em todo o Brasil e atuação em múltiplos formatos, a Companhia assegura capilaridade nacional, o que contribui para decisões estratégicas mais assertivas e uma gestão de capital mais eficiente.

BURGER KING*

O Burger King* finalizou o trimestre com 985 restaurantes em operação, sendo 695 unidades próprias - após a inauguração de 8 novas lojas e - 290 franqueadas, com um crescimento líquido de 15 unidades no período.

DESTAQUES OPERACIONAIS

	4T25	4T24	VAR.	2025	2024	VAR.
# TOTAL DE RESTAURANTES	985	970	15	985	970	15
RESTAURANTES PRÓPRIOS	695	697	-2	695	697	-2
# RESTAURANTES PRÓPRIOS INÍCIO DO PERÍODO	687	682	5	697	691	6
ABERTURAS NOVOS RESTAURANTES	8	15	(7)	11	16	(5)
FECHAMENTOS RESTAURANTES	-	-	-	(12)	(10)	(2)
AQUISIÇÕES/ REPASSES DE RESTAURANTES	-	-	-	(1)	(1)	-
# RESTAURANTES PRÓPRIOS FIM DO PERÍODO	695	697	(2)	695	697	(2)
RESTAURANTES FRANQUEADOS	290	273	17	290	273	17
# RESTAURANTES FRANQUEADOS INÍCIO DO PERÍODO	279	259	20	273	256	17
ABERTURAS NOVOS RESTAURANTES	11	14	(3)	21	21	-
FECHAMENTOS RESTAURANTES	-	-	-	(5)	(4)	(1)
AQUISIÇÕES/ REPASSES DE RESTAURANTES	-	-	-	-	1	-
# RESTAURANTES FRANQUEADOS FIM DO PERÍODO	290	273	17	290	273	17

VENDAS DOS RESTAURANTES

O Burger King* encerrou mais um trimestre com avanço nas vendas dos restaurantes, alcançando R\$ 1,2 bilhão em venda líquida - um crescimento de 7,4% em relação ao 4T24. No acumulado dos últimos 12 meses, a receita totalizou R\$ 4,3 bilhões, representando alta de 5,0% frente ao mesmo período do ano anterior. No trimestre, a marca registrou SSS de 5,3%, mesmo com elevada base de comparação de 2024, melhorando ainda 400bps vs 3Q25, que encerrara em 1,3% de SSS.

CAMPANHAS

Com foco na expansão do portfólio premium como motor de incremento de margem, Burger King* lançou o BK Mega Stackers Furioso, proporcionando uma experiência indulgente, saborosa e picante. Em sobremesas, o trimestre teve lançamento do BK Mix Bites* Xtra, fortalecendo colaborações com marcas reconhecidas como geradoras de tráfego aos restaurantes. Já na plataforma infantil, o trimestre contou com as campanhas de Bob Esponja e Sonic. Ainda a campanha com Popó e Wanderlei demonstrou mais uma vez a agilidade e usabilidade da marca de se utilizar de temas em evidência para gerar *brand awareness*.

Burger King* encerrou o trimestre com 63,6% de margem bruta. Apesar da leve retração de 35bps versus o 4T24, esse resultado é um reflexo positivo da estratégia de recomposição de margem e mitigação da pressão inflacionária da proteína, que elevou o CMV a um pico de 37,8% no primeiro trimestre do ano, redução de 140bps. Para o ano, a margem bruta encerra com redução de 63bps no ano, evidenciando disciplina comercial e eficiência na gestão operacional.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	Notas	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Ativo Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	148.390	36.357	208.256	48.259
Títulos e valores mobiliários	5	369.668	697.504	369.668	697.504
Contas a receber de clientes	6	217.068	215.361	266.430	241.963
Instrumentos financeiros derivativos		6.760	2.403	6.760	2.403
Estoques	7	138.255	176.824	172.229	198.030
Tributos a recuperar	8	100.798	68.981	118.281	70.339
Pagamentos antecipados		12.670	3.047	19.368	4.948
Partes relacionadas	20	7.228	6.638	-	-
Demas contas a receber		42.341	39.625	42.721	39.720
Total do ativo circulante		1.043.176	1.246.740	1.203.713	1.303.166
Ativo não circulante					
Realizável a longo prazo					
Títulos e valores mobiliários vinculados	5	480	485	480	485
Tributos a recuperar	8	441.745	314.543	470.142	314.543
Depósito judicial	19	53.656	49.781	53.656	49.781
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	3.081	-	-
Demas contas a receber		27.765	27.056	27.765	27.056
Total realizável a longo prazo		523.646	371.865	555.124	371.865
Direito de uso	9	660.455	684.572	768.262	808.522
Investimentos	10	194.505	131.460	-	-
Imobilizado	11	1.275.737	1.298.232	1.368.758	1.380.441
Intangível	12	771.107	765.050	813.842	813.976
Total do ativo não circulante		3.425.450	3.251.179	3.505.986	3.374.804
Total do ativo		4.468.626	4.497.919	4.709.699	4.677.970
Passivo e Patrimônio líquido					
Passivo circulante					
Fornecedores e encargos a pagar	14	433.891	375.747	483.577	393.078
Salários e encargos sociais	15	188.071	147.412	197.846	149.214
Empréstimos e financiamentos	13	284.661	240.717	284.661	240.717
Passivos de arrendamento	9	200.398	174.388	221.510	201.918
Obrigações corporativas	20	42.917	33.616	79.786	36.563
Obrigações tributárias	16	21.957	29.273	27.660	34.446
Imposto de renda e contribuição social		-	-	3.536	1.542
Partes relacionadas	17	27.759	8.598	28.530	8.598
Partes não relacionadas	20	-	30.367	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	8	8.667	1.192	8.667	1.192
Demas contas a pagar	18	38.880	24.039	44.807	62.409
Total do passivo circulante		1.247.201	1.065.349	1.380.580	1.129.677
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos	13	972.794	1.057.960	972.794	1.057.960
Obrigações por demandas judiciais	19	70.949	49.644	71.124	49.644
Obrigações tributárias	16	11.253	4.034	11.253	4.034
Receita diferida	17	25.049	6.339	25.763	6.339
Instrumentos financeiros derivativos		30.768	92.246	30.768	92.246
Passivos de arrendamento	9	588.708	639.874	678.297	735.211
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1	21.289	36.447	36.442	54.439
Demas contas a pagar	18	-	2.063	-	2.394
Total do passivo não circulante		1.720.810	1.886.544	1.828.504	2.002.667
Total do passivo		2.968.011	2.951.893	3.209.084	3.132.344
Patrimônio líquido					
Capital social	21	1.911.068	1.911.068	1.911.068	1.911.068
Reserva de capital	21	711.793	711.668	711.793	711.668
Ações em tesouraria	21	(54.653)	(54.695)	(54.653)	(54.695)
Outros resultados abrangentes	31	(30.718)	(92.277)	(30.718)	(92.277)
Prejuízo acumulado	21	(1.036.875)	(929.738)	(1.036.875)	(929.738)
Total do patrimônio líquido		1.500.615	1.546.026	1.500.615	1.546.026
Total do passivo e do patrimônio líquido		4.468.626	4.497.919	4.709.699	4.677.970

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

POPEYES*

PORTFÓLIO

O Popeyes* encerrou o trimestre com 95 restaurantes em operação, sendo 87 unidades próprias, 6 abertas no 4T25, e 8 franqueadas. Após um ano focado em otimização do parque atual, o patamar atual de conhecimento de marca e *unit economics* das lojas, nos confere segurança para voltar a expandir.

DESTAQUES OPERACIONAIS

	4T25	4T24	VAR.	2025	2024	VAR.
# TOTAL DE RESTAURANTES	95	93	2	95	93	2
RESTAURANTES PRÓPRIOS	81	85	(4)	85	87	(2)
ABERTURAS NOVOS RESTAURANTES	6	-	6	6	-	6
FECHAMENTOS RESTAURANTES	-	-	-	(4)	(2)	(2)
# RESTAURANTES PRÓPRIOS FIM DO PERÍODO	87	85	2	87	85	2
RESTAURANTES FRANQUEADOS	14	8	6	10	6	4
ABERTURAS NOVOS RESTAURANTES	2	(2)	4	3	(3)	6
FECHAMENTOS RESTAURANTES	-	-	-	-	-	-
# RESTAURANTES FRANQUEADOS FIM DO PERÍODO	8	8	-	8	8	-

VENDAS DOS RESTAURANTES

O Popeyes* registrou receita líquida de R\$ 97 milhões no trimestre, representando crescimento de 17,9% em relação ao mesmo período do ano anterior. No acumulado dos últimos 12 meses, a receita atingiu R\$ 331 milhões, avanço de 17,3% frente ao período comparável. A marca concluiu mais um trimestre com crescimento em dois dígitos, reforçando a solidez de sua performance e a consistência de execução no mercado. O resultado evidencia a capacidade de sustentar o novo nível de reconhecimento da marca, com tráfego impulsionado pela bem-sucedida e perene estratégia do "Molho".

CAMPANHAS

Em continuidade ao sucesso do "Molho" - forte motor de engajamento do cliente - o trimestre contou com o lançamento do novo molho apimentado em colaboração com a Chilli Beans*.

MARGEM BRUTA

A pressão inflacionária no mercado de proteínas também atingiu o custo do frango. Isso levou a uma leve piora em margem bruta no trimestre, com avanço de 285bps em custo da mercadoria vendida. Para o acumulado dos últimos 12 meses o aumento foi de 133bps, encerrando o período com 61,6% de margem bruta.

STARBUCKS*

A Companhia concluiu o primeiro ano completo à frente da operação de Starbucks* no Brasil e segue capturando resultados expressivos de crescimento. As 112 lojas do portfólio atual apresentaram mais um período de duplo-dígitos de SSS, com avanço de 15,6% no ano, corroborando a efetividade da estratégia de reestruturação da operação sob gestão Zamp. Além das iniciativas de retomada da marca que já vinham adotando - como normalização de estoques, recuperação das lojas, retomada do nível de serviço - o trimestre foi marcado pela continuação da revisão completa do menu, trazendo restaurantes que se aproximam dos hábitos de consumo do brasileiro. A venda líquida de restaurantes totalizou R\$ 122,6 milhões no período, representando um incremento de R\$ 46,4 milhões em relação ao ano anterior.

CAMPANHAS

O trimestre teve o lançamento da linha Cafés Brasileiros, com a Média, Pingado e Cafezinho além do relançamento do expresso com um novo grão como fruto do esforço contínuo da marca em se adaptar ao consumidor brasileiro. Ainda, Starbucks contou com as comemorações de final de ano para realizar o lançamento da sua linha de Panetones com foco em presentear gerando engajamento e o consumidor fora do ambiente da loja.

Same

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Valores expressos em milhares de Reais)

Descrição	Notas	Capital social	Reserva de capital				Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
			Reserva de capital (ágio na emissão de ações)	Reserva de capital de emissão de ações	Reserva de capital de opção de ações	Reserva de capital de ações			
Saldos em 31 de dezembro 2023		1.461.068	786.459	(98.664)	45.528	(62.276)	(16)	1.393.880	
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	(191.319)	(191.319)	
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	-	(92.261)	(92.261)	
Aumento de capital		450.000	-	-	-	-	450.000	450.000	
Opções outorgadas reconhecidas		-	-	-	14.727	-	-	14.727	
Opções outorgadas exercidas		-	-	-	(36.382)	36.382	-	-	
Recupera de ações		-	-	-	-	(28.801)	-	(28.801)	
Saldos em 31 de dezembro 2024		1.911.068	786.459	(98.664)	23.873	(54.695)	(92.277)	1.546.026	
Prejuízo do exercício	21	-	-	-	-	-	(107.137)	(107.137)	
Instrumentos financeiros derivativos	31	-	-	-	-	-	61.559	61.559	
Opções outorgadas reconhecidas	21	-	-	-	167	-	-	167	
Opções outorgadas exercidas	31	-	-	-	(42)	42	-	-	
Saldos em 31 de dezembro 2025		1.911.068	786.459	(98.664)	23.998	(54.653)	(30.718)	1.500.615	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO - EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Valores expressos em milhares de Reais)

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Recetas	5.310.227	4.981.740	5.818.917	5.102.669
Venda bruta de mercadorias e serviços	5.250.138	4.865.950	5.766	50.274
Outras receitas	60.099	28.891	52.390	50.274
Insuomos adquiridos de terceiros	(2.947.548)	(2.938.024)	(3.214.213)	(2.981.007)
Custo com mercadorias e serviços	(1.699.334)	(1.575.264)	(1.825.389)	(1.597.898)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outras despesas	(1.234.788)	(1.259.425)	(1.372.589)	(1.279.875)
Perda na realização de ativos	(17.700)	(17.700)	(17.700)	(17.700)
Outros custos	283	(1.552)	285	(1.633)
Valor adicionado bruto	2.362.679	2.043.698	2.604.704	2.121.662
Retenções	(487.577)	(473.586)	(531.989)	(483.671)
Depreciações e amortizações	(487.577)	(473.586)	(531.989)	(483.671)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	1.875.102	1.570.112	2.072.715	1.637.991
Valor adicionado recebido em transferência	80.892	107.746	70.042	83.797
Recetas financeiras	61.138	84.620	70.042	84.797
Resultado de equivalência patrimonial	19.754	23.126	-	-

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Valores expressos em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A ZAMP S.A. ("ZAMP" ou "Companhia" ou "Controladora") é uma sociedade anônima de capital aberto domiciliada no Brasil, com sede na Rua Lemos Monteiro, 120 - Botafogo, São Paulo - SP, listada na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão sob o código ("ZAMP5"). A Companhia e suas controladas (conjuntamente o "Grupo") atuam com lojas e restaurantes das marcas "Burger King", "Popeyes", "Starbucks" e "Subway" no Brasil e possuem como objetivo social: (i) o desenvolvimento e a exploração de lojas e restaurantes das referidas marcas em território nacional; (ii) a prestação de serviços de assessoria e suporte aos restaurantes que operam com tais marcas no Brasil; (iii) o comércio, importação e exportação de mercadorias e serviços; (iv) a participação em operações de desenvolvimento e exploração de atividades comerciais e desenvolvimento das atividades acima, no Brasil, como sócia, quotista ou acionista. A Companhia participa do Programa de Arrendamento Depositário Receipts ("ADR") Nivel I desde a efetivação pela SEC (Securities and Exchange Commission) em abril de 2023, tendo, como lastro, ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão do Grupo. Cada ADR corresponde a 4 (quatro) ações ordinárias de emissão do Grupo, sendo negociado de mercado de balcão (OTC), sob o código ZAMPF. Em abril de 2025, a Companhia encerrou de forma voluntária o programa de Arrendamento Depositário Receipts ("ADR") Nivel I em razão de não ter sido aprovada a renovação do programa no Segmento Básico de Listagem da B3 S.A. - Bolsa, Brasil, Balcão. A Administração da Companhia avalia constantemente sua capacidade de manter a continuidade normal de suas atividades operacionais. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentava saldo de Capital Circulante Líquido negativo, com o passivo circulante excedendo o ativo circulante em R\$204.025 na Controladora e R\$174.424 no Consolidado. Tal posição decorre principalmente da utilização de recursos disponíveis para liquidação de obrigações financeiras e operacionais, além de uma redução da capacidade de geração de caixa operacional. A Companhia apresentou melhor relevante em seu desempenho no exercício de 2025 em relação a 2024, evidenciada por resultado superior ao do exercício anterior, manutenção de Patrimônio Líquido positivo, geração de fluxo de caixa operacional e de investimentos, que resultou em aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa no exercício. Adicionalmente, a situação de capital circulante líquido endereçada pela captação de recursos financeiros mencionada na Nota 35, a qual, de maneira pró-forma, resultou em Capital Circulante Líquido positivo. Diante da evolução operacional observada, da estrutura patrimonial apresentada e da expectativa de geração de caixa para o exercício de 2026, a Administração entende que não há indicação de incerteza relevante relacionada à continuidade operacional da Companhia, permanecendo até o fim do prazo de validade de seus contratos. **Oferta Pública de Aquisição de Ações para Conversão de Renda e Saída da B3:** Em 25 de maio de 2025, a Companhia realizou uma oferta pública de aquisição de ações ("Oferta Pública"), informando aos investidores e ao mercado financeiro sobre a oferta pública de aquisição de ações (OPA) com o objetivo de fechamento de capital, seguido da conversão do registro da Companhia como emissora de valores mobiliários da categoria "A" para "B" (nos termos da Resolução SEC nº 80/22), e a consequente saída do Segmento Básico de Listagem da B3. Em 06 de junho de 2025, foi divulgado o laudo de avaliação, elaborado conforme o §4º do art. 4º da Lei 6.404/76 e a Resolução CVM nº 85, tendo encerrado o prazo legal para manifestação por parte dos acionistas minoritários em 24 de junho de 2025, sem manifestação por parte dos acionistas minoritários. OPA em 07 de junho de 2025, tendo sido realizada a inscrição de ações em nome da Companhia na mesma data pela Companhia, ao preço à vista de R\$53,50 por ação, de até 100% das ações ordinárias em circulação. O edital e o laudo de avaliação estão disponíveis nos canais oficiais da ZAMP S.A., da B3 e do Banco de Dados Eletrônicos em circulação. O edital e a OPA lançada pela MCB, tal operação resultou na aquisição de 22.807.845 ações, equivalentes a 5,6% do capital social e 8,27% das ações em circulação, com o objetivo de substituir o controle da Companhia por parte da Companhia e da Companhia e da Companhia e da Companhia. O seu acionista controlador, MIC Capital Partners, alcançou 79,27% do capital social total da Companhia. A Companhia possui remanescentes, ficou assegurado o direito de alienar suas ações à ofertante, pelo mesmo preço do OPA ajustado pelo IPCA, no período de 23 de setembro a 23 de dezembro de 2025, prazo expirado. Em 13 de outubro de 2025, a MIC Brasil e seu acionista controlador, MIC Capital Partners, elevaram sua participação conjunta para 85,00% do capital social da Companhia. A Companhia realizou o processo de migração para a categoria "B" e a saída do Segmento Básico de Listagem da B3 S.A. - Bolsa, Brasil, Balcão em 13 de outubro de 2025, tendo sido realizada a conversão de suas ações oficiais. **Operações Burger King:** O direito à exploração de restaurantes com a marca "Burger King" foi obtido mediante contrato "Master Franchise" firmado com a Burger King Corporation ("BKC") em 9 de julho de 2011. Os direitos de exploração da marca possuem duração de 20 anos, podendo ser renovados por igual período, caso haja interesse das partes (Nota 20). A Companhia obtem de Restaurant Brands International (RBI), detentora da marca Burger King, o franqueamento pelo prazo de 20 anos contados a partir da data de inauguração de cada loja, com o custo de US\$5 mil a título de Franchise Fee, mais o pagamento de royalties de 5% sobre o faturamento líquido mensal das lojas, além da obrigação de pagar em 5% sobre as vendas líquidas a título de Fundo de Marketing. Em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía respectivamente, 695 e 697 lojas próprias da marca Burger King. **Operações Popeyes:** O direito à exploração de restaurantes com a marca "Popeyes" foi obtido mediante contrato "Master Franchise" firmado com a Popeyes Louisa Kitchen (PKL) em 20 de junho de 2016. Os direitos de exploração da marca possuem duração de 20 anos, podendo ser renovados por igual período, caso haja interesse das partes (Nota 20). A Companhia obtem de Popeyes Louisa Kitchen (PKL), detentora da marca Popeyes, o franqueamento pelo prazo de 20 anos contados a partir da data de inauguração de cada loja. Na abertura de cada loja é paga em parcela única o valor de US\$40 mil a título de Franchise Fee, mais o pagamento de royalties de 5% sobre o faturamento líquido mensal das lojas, além da obrigação de pagar em 5% sobre as vendas líquidas a título de Fundo de Marketing. Em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía respectivamente, 11 e 11 lojas próprias da marca Popeyes. **Operações Starbucks:** O direito à exploração de restaurantes com a marca "Starbucks" foi obtido mediante contrato "Master Franchise" firmado com a Starbucks Corporation em 17 de junho de 2024. Com a assinatura dos contratos, a investida ZAMP II, passou a ter o direito exclusivo de desenvolver e operar lojas, por meio de operação própria, com a marca STARBUCKS no Brasil durante um período de 15 anos, podendo ser renovados por igual período, caso haja interesse das partes (Nota 20). A Companhia obtem de Starbucks Corporation, detentora da marca Starbucks, o franqueamento pelo prazo de 15 anos contados a partir da data de inauguração de cada loja, com o custo de US\$25 mil a título de Franchise Fee, mais o pagamento de royalties de 6% sobre o faturamento líquido mensal das lojas, além da obrigação de pagar em 2%, podendo chegar a 2,5% sobre as vendas líquidas a título de Fundo de Marketing. Em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024, a investida da Companhia possuía 112 e 114 lojas próprias da marca Starbucks. **Operações Subway:** O direito à exploração de restaurantes com a marca "Subway" foi obtido mediante contrato "Master Franchise" firmado com a Subway International Franchise Holdings em 16 de outubro de 2024. Com a assinatura dos contratos, a investida ZAMP II, passou a ter o direito exclusivo de desenvolver e operar restaurantes, por meio de operação própria ou de franqueados, com a marca Subway no Brasil durante um período de 15 anos, podendo ser renovados por 15 anos, caso haja interesse das partes (Nota 20). A Companhia obtem de Subway International Franchise Holdings, detentora da marca Subway, o franqueamento pelo prazo de 15 anos contados a partir da data de inauguração de cada loja, com o custo de US\$17,5 mil a título de Franchise Fee, mais o pagamento de royalties de 5% sobre o faturamento líquido mensal das lojas, além da obrigação de pagar em 4,5% sobre as vendas líquidas a título de Fundo de Marketing. Em 31 de dezembro de 2025, a investida da Companhia não possuía lojas próprias da marca Subway.

2. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

Base de preparação: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas ("Demonstrações Financeiras") foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP"), bem como em conformidade com as normas contábeis internacionais (IFRS - Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"). Em conformidade com a OPC 07/CTG 07 - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábeis Financeiros de Propósito Geral, todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras foram incluídas nos relatórios contábeis. As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil compreendendo aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). Essas políticas também consideram as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee ("IFRIC Interpretations") ou pelo IASB Accounting Standards Board ("ASB Interpretations - Interpretations"). **Adoção de novas normas contábeis internacionais:** As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil compreendendo aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). Essas políticas também consideram as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee ("IFRIC Interpretations") ou pelo IASB Accounting Standards Board ("ASB Interpretations - Interpretations"). **Adoção de novas normas contábeis internacionais:** As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil compreendendo aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). Essas políticas também consideram as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee ("IFRIC Interpretations") ou pelo IASB Accounting Standards Board ("ASB Interpretations - Interpretations"). **Adoção de novas normas contábeis internacionais:** As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil compreendendo aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). Essas políticas também consideram as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee ("IFRIC Interpretations") ou pelo IASB Accounting Standards Board ("ASB Interpretations - Interpretations"). **Adoção de novas normas contábeis internacionais:** As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil compreendendo aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). Essas políticas também consideram as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee ("IFRIC Interpretations") ou pelo IASB Accounting Standards Board ("ASB Interpretations - Interpretations"). **Adoção de novas normas contábeis internacionais:** As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil compreendendo aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). Essas políticas também consideram as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee ("IFRIC Interpretations") ou pelo IASB Accounting Standards Board ("ASB Interpretations - Interpretations"). **Adoção de novas normas contábeis internacionais:** As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil compreendendo aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). Essas políticas também consideram as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee ("IFRIC Interpretations") ou pelo IASB Accounting Standards Board ("ASB Interpretations - Interpretations"). **Adoção de novas normas contábeis internacionais:** As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil compreendendo aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). Essas políticas também consideram as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee ("IFRIC Interpretations") ou pelo IASB Accounting Standards Board ("ASB Interpretations - Interpretations"). **Adoção de novas normas contábeis internacionais:** As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil compreendendo aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). Essas políticas também consideram as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee ("IFRIC Interpretations") ou pelo IASB Accounting Standards Board ("ASB Interpretations - Interpretations"). **Adoção de novas normas contábeis internacionais:** As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil compreendendo aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). Essas políticas também consideram as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee ("IFRIC Interpretations") ou pelo IASB Accounting Standards Board ("ASB Interpretations - Interpretations"). **Adoção de novas normas contábeis internacionais:** As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil compreendendo aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). Essas políticas também consideram as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee ("IFRIC Interpretations") ou pelo IASB Accounting Standards Board ("ASB Interpretations - Interpretations"). **Adoção de novas normas contábeis internacionais:** As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil compreendendo aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). Essas políticas também consideram as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee ("IFRIC Interpretations") ou pelo IASB Accounting Standards Board ("ASB Interpretations - Interpretations"). **Adoção de novas normas contábeis internacionais:** As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil compreendendo aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). Essas políticas também consideram as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee ("IFRIC Interpretations") ou pelo IASB Accounting Standards Board ("ASB Interpretations - Interpretations"). **Adoção de novas normas contábeis internacionais:** As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil compreendendo aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). Essas políticas também consideram as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee ("IFRIC Interpretations") ou pelo IASB Accounting Standards Board ("ASB Interpretations - Interpretations"). **Adoção de novas normas contábeis internacionais:** As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil compreendendo aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). Essas políticas também consideram as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee ("IFRIC Interpretations") ou pelo IASB Accounting Standards Board ("ASB Interpretations - Interpretations"). **Adoção de novas normas contábeis internacionais:** As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil compreendendo aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). Essas políticas também consideram as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee ("IFRIC Interpretations") ou pelo IASB Accounting Standards Board ("ASB Interpretations - Interpretations"). **Adoção de novas normas contábeis internacionais:** As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil compreendendo aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). Essas políticas também consideram as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee ("IFRIC Interpretations") ou pelo IASB Accounting Standards Board ("ASB Interpretations - Interpretations"). **Adoção de novas normas contábeis internacionais:** As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil compreendendo aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). Essas políticas também consideram as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee ("IFRIC Interpretations") ou pelo IASB Accounting Standards Board ("ASB Interpretations - Interpretations"). **Adoção de novas normas contábeis internacionais:** As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil compreendendo aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). Essas políticas também consideram as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee ("IFRIC Interpretations") ou pelo IASB Accounting Standards Board ("ASB Interpretations - Interpretations"). **Adoção de novas normas contábeis internacionais:** As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil compreendendo aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). Essas políticas também consideram as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee ("IFRIC Interpretations") ou pelo IASB Accounting Standards Board ("ASB Interpretations - Interpretations"). **Adoção de novas normas contábeis internacionais:** As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil compreendendo aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). Essas políticas também consideram as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee ("IFRIC Interpretations") ou pelo IASB Accounting Standards Board ("ASB Interpretations - Interpretations"). **Adoção de novas normas contábeis internacionais:** As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil compreendendo aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). Essas políticas também consideram as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee ("IFRIC Interpretations") ou pelo IASB Accounting Standards Board ("ASB Interpretations - Interpretations"). **Adoção de novas normas contábeis internacionais:** As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil compreendendo aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). Essas políticas também consideram as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee ("IFRIC Interpretations") ou pelo IASB Accounting Standards Board ("ASB Interpretations - Interpretations"). **Adoção de novas normas contábeis internacionais:** As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil compreendendo aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). Essas políticas também consideram as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee ("IFRIC Interpretations") ou pelo IASB Accounting Standards Board ("ASB Interpretations - Interpretations"). **Adoção de novas normas contábeis internacionais:** As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil compreendendo aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). Essas políticas também consideram as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee ("IFRIC Interpretations") ou pelo IASB Accounting Standards Board ("ASB Interpretations - Interpretations"). **Adoção de novas normas contábeis internacionais:** As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil compreendendo aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). Essas políticas também consideram as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee ("IFRIC Interpretations") ou pelo IASB Accounting Standards Board ("ASB Interpretations - Interpretations"). **Adoção de novas normas contábeis internacionais:** As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil compreendendo aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). Essas políticas também consideram as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee ("IFRIC Interpretations") ou pelo IASB Accounting Standards Board ("ASB Interpretations - Interpretations"). **Adoção de novas normas contábeis internacionais:** As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil compreendendo aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). Essas políticas também consideram as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee ("IFRIC Interpretations") ou pelo IASB Accounting Standards Board ("ASB Interpretations - Interpretations"). **Adoção de novas normas contábeis internacionais:** As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil compreendendo aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). Essas políticas também consideram as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee ("IFRIC Interpretations") ou pelo IASB Accounting Standards Board ("ASB Interpretations - Interpretations"). **Adoção de novas normas contábeis internacionais:** As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil compreendendo aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). Essas políticas também consideram as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee ("IFRIC Interpretations") ou pelo IASB Accounting Standards Board ("ASB Interpretations - Interpretations"). **Adoção de novas normas contábeis internacionais:** As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil compreendendo aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). Essas políticas também consideram as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee ("IFRIC Interpretations") ou pelo IASB Accounting Standards Board ("ASB Interpretations - Interpretations"). **Adoção de novas normas contábeis internacionais:** As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil compreendendo aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). Essas políticas também consideram as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee ("IFRIC Interpretations") ou pelo IASB Accounting Standards Board ("ASB Interpretations - Interpretations"). **Adoção de novas normas contábeis internacionais:** As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil compreendendo aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). Essas políticas também consideram as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee ("IFRIC Interpretations") ou pelo IASB Accounting Standards Board ("ASB Interpretations - Interpretations"). **Adoção de novas normas contábeis internacionais:** As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil compreendendo aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). Essas políticas também consideram as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee ("IFRIC Interpretations") ou pelo IASB Accounting Standards Board ("ASB Interpretations - Interpretations"). **Adoção de novas normas contábeis internacionais:** As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil compreendendo aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). Essas políticas também consideram as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee ("IFRIC Interpretations") ou pelo IASB Accounting Standards Board ("ASB Interpretations - Interpretations"). **Adoção de novas normas contábeis internacionais:** As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil compreendendo aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). Essas políticas também consideram as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee ("IFRIC Interpretations") ou pelo IASB Accounting Standards Board ("ASB Interpretations - Interpretations"). **Adoção de novas normas contábeis internacionais:** As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil compreendendo aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). Essas políticas também consideram as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee ("IFRIC Interpretations") ou pelo IASB Accounting Standards Board ("ASB Interpretations - Interpretations"). **Adoção de novas normas contábeis internacionais:** As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil compreendendo aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). Essas políticas também consideram as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee ("IFRIC Interpretations") ou pelo IASB Accounting Standards Board ("ASB Interpretations - Interpretations"). **Adoção de novas normas contábeis internacionais:** As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil compreendendo aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). Essas políticas também consideram as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee ("IFRIC Interpretations") ou pelo IASB Accounting Standards Board ("ASB Interpretations - Interpretations"). **Adoção de novas normas contábeis internacionais:** As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil compreendendo aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). Essas políticas também consideram as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee ("IFRIC Interpretations") ou pelo IASB Accounting Standards Board ("ASB Interpretations - Interpretations"). **Adoção de novas normas contábeis internacionais:** As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil compreendendo aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). Essas políticas também consideram as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee ("IFRIC Interpretations") ou pelo IASB Accounting Standards Board ("ASB Interpretations - Interpretations"). **Adoção de novas normas contábeis internacionais:** As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil compreendendo aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). Essas políticas também consideram as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee ("IFRIC Interpretations") ou pelo IASB Accounting Standards Board ("ASB Interpretations - Interpretations"). **Adoção de novas normas contábeis internacionais:** As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil compreendendo aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). Essas políticas também consideram as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee ("IFRIC Interpretations") ou pelo IASB Accounting Standards Board ("ASB Interpretations - Interpretations"). **Adoção de novas normas contábeis internacionais:** As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil compreendendo aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). Essas políticas também consideram as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee ("IFRIC Interpretations") ou pelo IASB Accounting Standards Board ("ASB Interpretations - Interpretations"). **Adoção de novas normas contábeis internacionais:** As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil compreendendo aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). Essas políticas também consideram as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee ("IFRIC Interpretations") ou pelo IASB Accounting Standards Board ("ASB Interpretations - Interpretations"). **Adoção de novas normas contábeis internacionais:** As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil compreendendo aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). Essas políticas também consideram as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee ("IFRIC Interpretations") ou pelo IASB Accounting Standards Board ("ASB Interpretations - Interpretations"). **Adoção de novas normas contábeis internacionais:** As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil compreendendo aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). Essas políticas também consideram as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee ("IFRIC Interpretations") ou

ZAMP S.A.

continuação

8. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
IRPJ a recuperar	4.834	4.860	4.834	4.860
CSL a recuperar	2.168	1.362	2.168	1.362
IRCF a compensar	27.223	13.206	28.225	13.213
ICMS a compensar (i)	294.374	190.041	302.206	191.344
PIS não cumulativo a recuperar	35.736	31.014	42.344	31.022
INSS não cumulativo a recuperar	165.181	133.755	165.613	133.754
ISS a recuperar	12.757	9.044	12.757	9.044
ISS a recuperar	270	272	270	272
Total de tributos a recuperar	542.543	383.524	588.423	384.882
Circulante	100.798	68.981	118.281	70.339
Não circulante	441.745	314.543	470.142	314.543

(i) O aumento do saldo é devido principalmente pelo acúmulo de saldo credor nos centros de distribuições do Grupo. Os montantes de tributos a recuperar, em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024, possuem a seguinte expectativa de compensação:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Expectativa de compensação	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Até 1 ano	100.798	68.981	118.281	70.339
Após 1 ano, mas menos de 3 anos	100.105	131.566	128.502	131.566
Após 3 anos, mas menos que 5 anos	341.640	182.977	341.640	182.977
Total de tributos a recuperar	542.543	383.524	588.423	384.882

9. ATIVOS E PASSIVOS DE ARRENDAMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Ativos arrendados	660.455	684.572	768.262	808.522
Direito de uso de arrendamentos	660.455	684.572	768.262	808.522
Total de ativos arrendados	660.455	684.572	768.262	808.522
Passivos arrendados	200.398	174.388	221.510	201.918
Obrigação de arrendamentos - Circulante	200.398	174.388	221.510	201.918
Obrigação de arrendamentos - Não circulante	588.708	639.874	678.297	735.211
Total de passivos arrendados	789.106	814.262	899.807	937.129

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Movimentação de direito de uso de arrendamento mercantil	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Saldo inicial	684.572	795.075	808.675	795.075
Adições e renovação de arrendamentos	165.449	88.393	173.628	91.125
Anulados no período (i) e (ii)	-	-	-	-
Direito de uso advindo de aquisição de investida (Nota 3)	-	-	-	-
Baixa de arrendamentos	-	(14.701)	-	(14.701)
Amortização de direito de uso (aluguel) (ii) (Notas 25 e 26)	(172.880)	(168.042)	(195.963)	(174.818)
Tributos incidentes sobre amortização de arrendamentos (ii)	(16.886)	(16.153)	(18.078)	(16.153)
Saldo final	660.455	684.572	768.262	808.522

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Movimentação de obrigações de arrendamento mercantil	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Saldo inicial	814.262	915.824	937.129	915.824
Adições e renovação de arrendamentos	165.449	88.393	173.628	91.125
Anulados no período (i) e (ii)	-	-	-	-
Arrendamentos advindo de aquisição de investida (Nota 3)	-	-	-	-
Arrendamentos reconhecidos e não iniciados	-	(14.701)	-	(14.701)
Baixa por pagamento de passivos de arrendamento (Nota 25) (i) e (ii)	(247.987)	(240.996)	(277.932)	(249.212)
Impostos incidentes sobre pagamentos de arrendamentos (ii)	(23.686)	(22.962)	(25.538)	(22.962)
Diferenças de juro de arrendamento mercantil incorrida (Nota 28) (ii)	74.068	81.894	81.894	82.251
Tributos incidentes sobre juros de arrendamentos (ii)	7.000	6.810	7.479	6.810
Saldo final	789.106	814.262	899.807	937.129

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Resultado de arrendamento mercantil	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Despesas com taxas - aluguel variável (i) e (ii)	(122.693)	(121.759)	(134.641)	(123.499)
Amortização de direito de uso (aluguel) (Nota 25 e 26) (ii)	(172.880)	(168.042)	(195.963)	(174.818)
Despesas financeiras - Juros acumulados (Nota 28) (ii)	(74.068)	(81.894)	(81.894)	(82.251)
Saldo final	(268.987)	(271.695)	(314.708)	(280.518)

(i) As atualizações de índices financeiros devidas das Obrigações de Arrendamento Mercantil são registradas de acordo com cada contrato ocasionando impactos nas rubricas de Juros de Obrigações de arrendamento e Ativo de Direito de Uso. Estas atualizações, quando ocorrem, não impactam o resultado do exercício, apenas as rubricas patrimoniais. (ii) Em atendimento ao Ofício Circular CVM 02/2019, os saldos apresentados em contas patrimoniais são brutos de impostos (PIS e COFINS) enquanto os saldos apresentados em contas de resultado são líquidos de impostos (PIS e COFINS). (iii) Os efeitos da aplicação do CPC 06 (R2) /NBC TG 06 (R3) /FRS16 impactaram positivamente os registros contábeis na rubrica de despesas com ocupação em RS27.932 em 31 de dezembro de 2025 (RS249.212 em 31 de dezembro de 2024), líquido de impostos (PIS e COFINS), devido ao reconhecimento de despesas com ocupação em RS27.932 em 31 de dezembro de 2025 (reconhecimento nesta rubrica (Nota 25)). Os montantes de passivos de arrendamentos possuem os seguintes vencimentos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Prazos de vencimento	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Até 1 ano	274.386	(73.988)	200.398	252.532
Após 1 ano, mas menos de 3 anos	484.145	(144.148)	339.996	536.790
Após 3 anos, mas menos que 5 anos	159.700	(53.024)	106.676	170.632
Maiores de 5 anos	168.805	(26.769)	142.036	145.568
Total	1.087.036	(297.930)	789.106	1.105.522

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Prazos de vencimento	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Até 1 ano	308.945	(87.435)	221.510	282.335
Após 1 ano, mas menos de 3 anos	567.343	(171.660)	395.683	648.711
Após 3 anos, mas menos que 5 anos	186.472	(59.487)	126.985	204.742
Maiores de 5 anos	189.042	(33.413)	155.629	164.158
Total	1.251.802	(351.995)	899.807	1.299.946

Adicionalmente, apresentamos o potencial efeito de PIS e COFINS a serem tratados em contraprestações futuras de arrendamento, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Prazos de vencimento	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Até 5 a 8 Anos	251.283	(23.103)	228.180	231.095
De 8 a 10 Anos	484.145	(44.687)	339.996	536.790
De 10 a 15 Anos	159.700	(53.024)	106.676	170.632
Maiores de 15 Anos	168.805	(26.769)	142.036	145.568
Total	1.087.036	(297.930)	789.106	1.105.522

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Prazos de vencimento	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Até 5 a 8 Anos	251.283	(23.103)	228.180	231.095
De 8 a 10 Anos	484.145	(44.687)	339.996	536.790
De 10 a 15 Anos	159.700	(53.024)	106.676	170.632
Maiores de 15 Anos	168.805	(26.769)	142.036	145.568
Total	1.087.036	(297.930)	789.106	1.105.522

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Prazos de vencimento	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Até 5 a 8 Anos	251.283	(23.103)	228.180	231.095
De 8 a 10 Anos	484.145	(44.687)	339.996	536.790
De 10 a 15 Anos	159.700	(53.024)	106.676	170.632
Maiores de 15 Anos	168.805	(26.769)	142.036	145.568
Total	1.087.036	(297.930)	789.106	1.105.522

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Prazos de vencimento	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Até 5 a 8 Anos	251.283	(23.103)	228.180	231.095
De 8 a 10 Anos	484.145	(44.687)	339.996	536.790
De 10 a 15 Anos	159.700	(53.024)	106.676	170.632
Maiores de 15 Anos	168.805	(26.769)	142.036	145.568
Total	1.087.036	(297.930)	789.106	1.105.522

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Prazos de vencimento	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Até 5 a 8 Anos	251.283	(23.103)	228.180	231.095
De 8 a 10 Anos	484.145	(44.687)	339.996	536.790
De 10 a 15 Anos	159.700	(53.024)	106.676	170.632
Maiores de 15 Anos	168.805	(26.769)	142.036	145.568
Total	1.087.036	(297.930)	789.106	1.105.522

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Prazos de vencimento	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Até 5 a 8 Anos	251.283	(23.103)	228.180	231.095
De 8 a 10 Anos	484.145	(44.687)	339.996	536.790
De 10 a 15 Anos	159.700	(53.024)	106.676	170.632
Maiores de 15 Anos	168.805	(26.769)	142.036	145.568
Total	1.087.036	(297.930)	789.106	1.105.522

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Prazos de vencimento	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Até 5 a 8 Anos	251.283	(23.103)	228.180	231.095
De 8 a 10 Anos	484.145	(44.687)	339.996	536.790
De 10 a 15 Anos	159.700	(53.024)	106.676	170.632
Maiores de 15 Anos	168.805	(26.769)	142.036	145.568
Total	1.087.036	(297.930)	789.106	1.105.522

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Prazos de vencimento	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Até 5 a 8 Anos	251.283	(23.103)	228.180	231.095
De 8 a 10 Anos	484.145	(44.687)	339.996	536.790
De 10 a 15 Anos	159.700	(53.024)	106.676	170.632
Maiores de 15 Anos	168.805	(26.769)	142.036	145.568
Total	1.087.036	(297.930)	789.106	1.105.522

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Prazos de vencimento	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Até 5 a 8 Anos	251.283	(23.103)	228.180	231.095
De 8 a 10 Anos	484.145	(44.687)	339.996	536.790
De 10 a 15 Anos	159.700	(53.024)	106.676	170.632
Maiores de 15 Anos	168.805	(26.769)		

26. DESPESAS GERAIS ADMINISTRATIVAS	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Despesas com pessoal	(162.991)	(126.956)	(199.837)	(135.204)
Depreciação e amortização (Notas 11 e 12)	(53.467)	(44.534)	(54.034)	(44.776)
Amortização direto de uso (aluguel) (Nota 9) (i)	(2.744)	(2.202)	(2.744)	(2.202)
Resultado líquido na baixa de imobilizado (Notas 11 e 12) (ii)	(12.917)	(96.824)	(15.779)	(96.824)
Provisão de impairment (Nota 11) (j)	313	695	313	695
Receita com ativos vendidos	624	12.108	624	12.108
Baixa de ativos vendidos (Notas 11 e 12)	(1.104)	(5.672)	(1.104)	(5.672)
Custos com plano de ações	-	(46.970)	-	(46.970)
Serviços tomados de terceiros	(71.173)	(54.378)	(87.354)	(59.412)
Despesas com aquisição e incorporação (iii)	(1.300)	(25.234)	(1.300)	(25.234)
Ganho por compra vantajosa (iv)	-	-	-	19.506
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(7.320)	(12.213)	(10.531)	(12.571)
Total de despesas gerais e administrativas	(312.079)	(402.180)	(371.746)	(394.558)

(i) O saldo apresentado em conta patrimonial de Amortização de direito de uso (Nota 9) é bruto de impostos (Pis e Cofins) e totaliza R\$214.041 em 31 de dezembro de 2025 (R\$190.971 em 31 de dezembro de 2024), enquanto os saldos apresentados em contas de resultado de Amortização de direito de uso (Notas 25 e 26) são líquidos de impostos (Pis e Cofins) totalizando R\$195.966 (R\$174.818 em 31 de dezembro de 2024). (ii) A variação refere-se ao fechamento de 15 dias no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 em comparação com o período anterior. (iii) Despesas referentes a vendas, provisão para perdas de ativos imobilizados e baixa efetiva de itens obsoletos e/ou descontinuados. (iv) Despesas referentes a celebração dos acordos de associação/jurto para detentores dos direitos exclusivos das marcas Starbucks (incluindo compra de ativos) e Subway (Nota 3). Os contratos autorizam a Companhia a comprar as marcas e desenvolver as operações no território nacional. (v) Receita apresentada na rubrica do consolidado é devido ao ganho por compra vantajosa reconhecida na aquisição da Café Pacifico.

27. RECEITAS FINANCEIRAS	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Juros e rendimentos de aplicações financeiras	43.922	69.813	50.906	69.962
Variação cambial ativa	3.777	2.586	3.777	2.586
Receitas com aplicações financeiras	(2.289)	(3.367)	(2.652)	(3.367)
Receitas com derivativos	8.011	4.477	8.011	4.477
Correção monetária	3.976	5.277	4.104	5.277
Outras receitas financeiras	1.452	2.367	2.392	2.392
Total de receitas financeiras	58.849	81.253	67.390	81.430

(i) Houve alteração voluntária na apresentação da atualização monetária sobre provisões para demandas judiciais trabalhistas. Os valores referentes a atualização monetária que antes eram classificados como despesas operacionais passaram a ser apresentados como despesas financeiras. Com base nas análises e revisões realizadas, a Administração concluiu que a mudança é material para as demonstrações financeiras que já foram publicadas, uma vez que a reclassificação não impacta o balanço do período ou a geração de caixa da Companhia. Caso essa mesma prática fosse aplicada para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 o valor seria de R\$15.311 tanto na Controladora quanto no Consolidado.

29. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL
Composição do resultado: A composição das despesas com imposto de renda e contribuição social, o período findo em 31 de dezembro de 2025 e exercício findo em 31 de dezembro de 2024 é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Corrente	(15.156)	(19.506)	(18.043)	(2.105)
Diferido	15.156	19.506	17.078	19.506
Total	0	0	0	0

Conciliação da taxa efetiva: A conciliação das despesas de imposto de renda e contribuição social, calculadas pela aplicação das alíquotas vigentes, e os valores refletidos nos resultados dos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	(122.295)	(210.825)	(110.172)	(208.720)
Benefício de imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal nominal combinada de 34%	41.580	71.681	37.457	70.965
Ajustes para reconciliar a taxa efetiva:				
Resultado de equivalência patrimonial	6.716	7.863	-	-
Tributos diferidos não reconhecidos sobre prejuízo fiscal	(22.195)	(39.283)	(23.479)	(39.856)
Pagamentos de bônus não dedutíveis	(1.175)	(510)	(1.175)	(642)
Quebra de caixa	(7.557)	(3.286)	(7.557)	(3.286)
Baixa de ativos não financeiros	(1.109)	(4.170)	(1.109)	(4.170)
Multas e infrações fiscais e trabalhistas	(98)	(98)	(98)	(98)
Custo com plano de opção de ações	(24.788)	(10.624)	(24.788)	(10.624)
Outras diferenças permanentes	1.234	(1.494)	1.234	5.112
Imposto de renda e contribuição social	15.158	19.506	3.035	17.401

Diferidos: A composição líquida do imposto de renda e contribuição social diferidos está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Prejuízo fiscal e base negativa	1.141.480	1.076.201	1.141.480	1.076.201
Diferenças temporárias	70.949	49.644	71.234	49.644
Provisão para demandas judiciais (Nota 19)	59.667	30.411	62.991	30.411
Provisão para comissões	16.488	20.734	16.488	20.734
Provisão para impairment, provisão para perdas de ativos imobilizados e baixa efetiva de itens obsoletos e/ou descontinuados	45.107	101.055	45.107	101.055
Pré operacional	25.430	27.753	25.430	27.753
Provisões de despesas	20.513	20.864	20.513	20.864
Amortização de direito de uso e juros sobre passivos de arrendamentos	1.603.275	1.356.326	1.603.275	1.356.326
Resultados diferida	15.375	14.937	15.375	14.937
Outras	91.644	47.700	97.266	47.700
Base de cálculo	3.089.528	2.737.625	3.098.689	2.737.625
Alíquota vigente	34%	34%	34%	34%
Total	1.050.474	930.793	1.053.554	930.793

(i) Tributos diferidos não reconhecidos sobre prejuízo fiscal e base negativa
 Imposto de renda e contribuição social diferidos - ativo
 Encargos financeiros a transcorrer
 Amortização fiscal do ativo (goodwill)
 Pagamentos de passivos de arrendamentos
 Mais Valia (Nota 3)
 Outros
 Base de cálculo

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO			
Leonardo Yamamoto - Presidente do Conselho de Administração			
Renan Andrade - Conselheiro (Efetivo)			
Oscar Fahlgren - Conselheiro (Efetivo)			
Santiago Avila - Conselheiro (Efetivo)			
Syed Nyaq - Conselheiro (Efetivo)			
Christopher Blair Brigleb - Conselheiro (Efetivo)			
Duncan Jose Montero Bending - Conselheiro (Suplente)			
Thiago Pires - Conselheiro Independente (Efetivo)			
Alexandre de Macedo - Conselheiro Independente (Efetivo)			

CONTADOR
 Felipe Roma Soares - CRC SP 349953/O-0

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DECLARAÇÃO PARA FINS DO ARTIGO 27, §1º, INCISO VI, DA RESOLUÇÃO CVM Nº 80/22
 Declaramos na qualidade de diretores da Zamp S.A., sociedade por ações com sede na Rua Lemos Monteiro, 120, 14º andar, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.574.594/0001-96 ("Companhia") nos termos do inciso VI, do parágrafo 1º, do artigo 27 da Resolução CVM nº 80 de 9 de março de 2022, conforme alterada, que revimos, discutimos e concordamos com demonstrações financeiras da Companhia para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

São Paulo, 06 de março de 2026.
 Suelen Rodrigues Barro - Diretor(a) de Planejamento Financeiro e Relações com Investidores
 Gabriel Magalhães da Rocha Guimarães - Diretor Vice-Presidente

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA, RISCOS E COMPLIANCE (ARCC)
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DA ZAMP EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
 O Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance da ZAMP S.A. é um órgão de assessoramento ao Conselho de Administração, de caráter permanente. O seu funcionamento, composição e atribuições estão detalhados no Relatório Interno do Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance (ARCC), versão revisada e aprovada pelo Conselho de Administração (http://ri.zamp.com.br/). O Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance (ARCC) é formado por quatro membros eleitos pelo Conselho de Administração, sendo o seu coordenador, escolhido pelo Conselho. O coordenador é especialista financeiro com experiência na área contábil, financeira, exteriorização, avaliação de riscos, compliance e auditoria. São agendados, no mínimo, 4 reuniões ordinárias anualmente. Reuniões extraordinárias são convocadas na medida de sua necessidade. A diretoria executiva da companhia é convidada a participar para esclarecimentos e apresentações, quando considerado relevante e necessário, assim como os auditores independentes ou quaisquer integrantes de outras áreas da Companhia. A Diretoria de Auditoria Interna, por reportar diretamente ao Comitê, é parte integrante de todas as reuniões. O resultado dos trabalhos do Comitê é submetido ao Conselho de Administração por meio de apresentação e/ou relatório específico. Caso julgado necessário, o Comitê pode apresentar os trabalhos pessoalmente ao Conselho. Os fatos relevantes ou extraordinários são tempestivamente levados ao Conselho, sempre que o Colegiado do Comitê considerá-los assim necessário. O Coordenador do Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance, acompanhado de outros membros, quando necessário ou conveniente e mediante convite do Conselho de Administração, poderá comparecer à assembleia geral ordinária da Companhia. Em 2025, foram realizados 8 (itoito) reuniões (2024: 8). Suas atividades nesse período estão descritas a seguir: **Acompanhamento das atividades da Auditoria Interna:** Em 2025, a Auditoria Interna executou os trabalhos acordados com o Conselho de Administração. Os fatos relevantes ou extraordinários são tempestivamente levados ao Conselho, sempre que o Colegiado do Comitê considerá-los assim necessário. O Coordenador do Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance, acompanhado de outros membros, quando necessário ou conveniente e mediante convite do Conselho de Administração, poderá comparecer à assembleia geral ordinária da Companhia. Em 2025, foram realizados 8 (itoito) reuniões (2024: 8). Suas atividades nesse período estão descritas a seguir: **Acompanhamento das atividades da Auditoria Interna:** Em 2025, a Auditoria Interna executou os trabalhos acordados com o Conselho de Administração. Os fatos relevantes ou extraordinários são tempestivamente levados ao Conselho, sempre que o Colegiado do Comitê considerá-los assim necessário. O Coordenador do Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance, acompanhado de outros membros, quando necessário ou conveniente e mediante convite do Conselho de Administração, poderá comparecer à assembleia geral ordinária da Companhia. Em 2025, foram realizados 8 (itoito) reuniões (2024: 8). Suas atividades nesse período estão descritas a seguir: **Acompanhamento das atividades da Auditoria Interna:** Em 2025, a Auditoria Interna executou os trabalhos acordados com o Conselho de Administração. Os fatos relevantes ou extraordinários são tempestivamente levados ao Conselho, sempre que o Colegiado do Comitê considerá-los assim necessário. O Coordenador do Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance, acompanhado de outros membros, quando necessário ou conveniente e mediante convite do Conselho de Administração, poderá comparecer à assembleia geral ordinária da Companhia. Em 2025, foram realizados 8 (itoito) reuniões (2024: 8). Suas atividades nesse período estão descritas a seguir: **Acompanhamento das atividades da Auditoria Interna:** Em 2025, a Auditoria Interna executou os trabalhos acordados com o Conselho de Administração. Os fatos relevantes ou extraordinários são tempestivamente levados ao Conselho, sempre que o Colegiado do Comitê considerá-los assim necessário. O Coordenador do Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance, acompanhado de outros membros, quando necessário ou conveniente e mediante convite do Conselho de Administração, poderá comparecer à assembleia geral ordinária da Companhia. Em 2025, foram realizados 8 (itoito) reuniões (2024: 8). Suas atividades nesse período estão descritas a seguir: **Acompanhamento das atividades da Auditoria Interna:** Em 2025, a Auditoria Interna executou os trabalhos acordados com o Conselho de Administração. Os fatos relevantes ou extraordinários são tempestivamente levados ao Conselho, sempre que o Colegiado do Comitê considerá-los assim necessário. O Coordenador do Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance, acompanhado de outros membros, quando necessário ou conveniente e mediante convite do Conselho de Administração, poderá comparecer à assembleia geral ordinária da Companhia. Em 2025, foram realizados 8 (itoito) reuniões (2024: 8). Suas atividades nesse período estão descritas a seguir: **Acompanhamento das atividades da Auditoria Interna:** Em 2025, a Auditoria Interna executou os trabalhos acordados com o Conselho de Administração. Os fatos relevantes ou extraordinários são tempestivamente levados ao Conselho, sempre que o Colegiado do Comitê considerá-los assim necessário. O Coordenador do Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance, acompanhado de outros membros, quando necessário ou conveniente e mediante convite do Conselho de Administração, poderá comparecer à assembleia geral ordinária da Companhia. Em 2025, foram realizados 8 (itoito) reuniões (2024: 8). Suas atividades nesse período estão descritas a seguir: **Acompanhamento das atividades da Auditoria Interna:** Em 2025, a Auditoria Interna executou os trabalhos acordados com o Conselho de Administração. Os fatos relevantes ou extraordinários são tempestivamente levados ao Conselho, sempre que o Colegiado do Comitê considerá-los assim necessário. O Coordenador do Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance, acompanhado de outros membros, quando necessário ou conveniente e mediante convite do Conselho de Administração, poderá comparecer à assembleia geral ordinária da Companhia. Em 2025, foram realizados 8 (itoito) reuniões (2024: 8). Suas atividades nesse período estão descritas a seguir: **Acompanhamento das atividades da Auditoria Interna:** Em 2025, a Auditoria Interna executou os trabalhos acordados com o Conselho de Administração. Os fatos relevantes ou extraordinários são tempestivamente levados ao Conselho, sempre que o Colegiado do Comitê considerá-los assim necessário. O Coordenador do Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance, acompanhado de outros membros, quando necessário ou conveniente e mediante convite do Conselho de Administração, poderá comparecer à assembleia geral ordinária da Companhia. Em 2025, foram realizados 8 (itoito) reuniões (2024: 8). Suas atividades nesse período estão descritas a seguir: **Acompanhamento das atividades da Auditoria Interna:** Em 2025, a Auditoria Interna executou os trabalhos acordados com o Conselho de Administração. Os fatos relevantes ou extraordinários são tempestivamente levados ao Conselho, sempre que o Colegiado do Comitê considerá-los assim necessário. O Coordenador do Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance, acompanhado de outros membros, quando necessário ou conveniente e mediante convite do Conselho de Administração, poderá comparecer à assembleia geral ordinária da Companhia. Em 2025, foram realizados 8 (itoito) reuniões (2024: 8). Suas atividades nesse período estão descritas a seguir: **Acompanhamento das atividades da Auditoria Interna:** Em 2025, a Auditoria Interna executou os trabalhos acordados com o Conselho de Administração. Os fatos relevantes ou extraordinários são tempestivamente levados ao Conselho, sempre que o Colegiado do Comitê considerá-los assim necessário. O Coordenador do Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance, acompanhado de outros membros, quando necessário ou conveniente e mediante convite do Conselho de Administração, poderá comparecer à assembleia geral ordinária da Companhia. Em 2025, foram realizados 8 (itoito) reuniões (2024: 8). Suas atividades nesse período estão descritas a seguir: **Acompanhamento das atividades da Auditoria Interna:** Em 2025, a Auditoria Interna executou os trabalhos acordados com o Conselho de Administração. Os fatos relevantes ou extraordinários são tempestivamente levados ao Conselho, sempre que o Colegiado do Comitê considerá-los assim necessário. O Coordenador do Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance, acompanhado de outros membros, quando necessário ou conveniente e mediante convite do Conselho de Administração, poderá comparecer à assembleia geral ordinária da Companhia. Em 2025, foram realizados 8 (itoito) reuniões (2024: 8). Suas atividades nesse período estão descritas a seguir: **Acompanhamento das atividades da Auditoria Interna:** Em 2025, a Auditoria Interna executou os trabalhos acordados com o Conselho de Administração. Os fatos relevantes ou extraordinários são tempestivamente levados ao Conselho, sempre que o Colegiado do Comitê considerá-los assim necessário. O Coordenador do Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance, acompanhado de outros membros, quando necessário ou conveniente e mediante convite do Conselho de Administração, poderá comparecer à assembleia geral ordinária da Companhia. Em 2025, foram realizados 8 (itoito) reuniões (2024: 8). Suas atividades nesse período estão descritas a seguir: **Acompanhamento das atividades da Auditoria Interna:** Em 2025, a Auditoria Interna executou os trabalhos acordados com o Conselho de Administração. Os fatos relevantes ou extraordinários são tempestivamente levados ao Conselho, sempre que o Colegiado do Comitê considerá-los assim necessário. O Coordenador do Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance, acompanhado de outros membros, quando necessário ou conveniente e mediante convite do Conselho de Administração, poderá comparecer à assembleia geral ordinária da Companhia. Em 2025, foram realizados 8 (itoito) reuniões (2024: 8). Suas atividades nesse período estão descritas a seguir: **Acompanhamento das atividades da Auditoria Interna:** Em 2025, a Auditoria Interna executou os trabalhos acordados com o Conselho de Administração. Os fatos relevantes ou extraordinários são tempestivamente levados ao Conselho, sempre que o Colegiado do Comitê considerá-los assim necessário. O Coordenador do Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance, acompanhado de outros membros, quando necessário ou conveniente e mediante convite do Conselho de Administração, poderá comparecer à assembleia geral ordinária da Companhia. Em 2025, foram realizados 8 (itoito) reuniões (2024: 8). Suas atividades nesse período estão descritas a seguir: **Acompanhamento das atividades da Auditoria Interna:** Em 2025, a Auditoria Interna executou os trabalhos acordados com o Conselho de Administração. Os fatos relevantes ou extraordinários são tempestivamente levados ao Conselho, sempre que o Colegiado do Comitê considerá-los assim necessário. O Coordenador do Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance, acompanhado de outros membros, quando necessário ou conveniente e mediante convite do Conselho de Administração, poderá comparecer à assembleia geral ordinária da Companhia. Em 2025, foram realizados 8 (itoito) reuniões (2024: 8). Suas atividades nesse período estão descritas a seguir: **Acompanhamento das atividades da Auditoria Interna:** Em 2025, a Auditoria Interna executou os trabalhos acordados com o Conselho de Administração. Os fatos relevantes ou extraordinários são tempestivamente levados ao Conselho, sempre que o Colegiado do Comitê considerá-los assim necessário. O Coordenador do Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance, acompanhado de outros membros, quando necessário ou conveniente e mediante convite do Conselho de Administração, poderá comparecer à assembleia geral ordinária da Companhia. Em 2025, foram realizados 8 (itoito) reuniões (2024: 8). Suas atividades nesse período estão descritas a seguir: **Acompanhamento das atividades da Auditoria Interna:** Em 2025, a Auditoria Interna executou os trabalhos acordados com o Conselho de Administração. Os fatos relevantes ou extraordinários são tempestivamente levados ao Conselho, sempre que o Colegiado do Comitê considerá-los assim necessário. O Coordenador do Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance, acompanhado de outros membros, quando necessário ou conveniente e mediante convite do Conselho de Administração, poderá comparecer à assembleia geral ordinária da Companhia. Em 2025, foram realizados 8 (itoito) reuniões (2024: 8). Suas atividades nesse período estão descritas a seguir: **Acompanhamento das atividades da Auditoria Interna:** Em 2025, a Auditoria Interna executou os trabalhos acordados com o Conselho de Administração. Os fatos relevantes ou extraordinários são tempestivamente levados ao Conselho, sempre que o Colegiado do Comitê considerá-los assim necessário. O Coordenador do Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance, acompanhado de outros membros, quando necessário ou conveniente e mediante convite do Conselho de Administração, poderá comparecer à assembleia geral ordinária da Companhia. Em 2025, foram realizados 8 (itoito) reuniões (2024: 8). Suas atividades nesse período estão descritas a seguir: **Acompanhamento das atividades da Auditoria Interna:** Em 2025, a Auditoria Interna executou os trabalhos acordados com o Conselho de Administração. Os fatos relevantes ou extraordinários são tempestivamente levados ao Conselho, sempre que o Colegiado do Comitê considerá-los assim necessário. O Coordenador do Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance, acompanhado de outros membros, quando necessário ou conveniente e mediante convite do Conselho de Administração, poderá comparecer à assembleia geral ordinária da Companhia. Em 2025, foram realizados 8 (itoito) reuniões (2024: 8). Suas atividades nesse período estão descritas a seguir: **Acompanhamento das atividades da Auditoria Interna:** Em 2025, a Auditoria Interna executou os trabalhos acordados com o Conselho de Administração. Os fatos relevantes ou extraordinários são tempestivamente levados ao Conselho, sempre que o Colegiado do Comitê considerá-los assim necessário. O Coordenador do Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance, acompanhado de outros membros, quando necessário ou conveniente e mediante convite do Conselho de Administração, poderá comparecer à assembleia geral ordinária da Companhia. Em 2025, foram realizados 8 (itoito) reuniões (2024: 8). Suas atividades nesse período estão descritas a seguir: **Acompanhamento das atividades da Auditoria Interna:** Em 2025, a Auditoria Interna executou os trabalhos acordados com o Conselho de Administração. Os fatos relevantes ou extraordinários são tempestivamente levados ao Conselho, sempre que o Colegiado do Comitê considerá-los assim necessário. O Coordenador do Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance, acompanhado de outros membros, quando necessário ou conveniente e mediante convite do Conselho de Administração, poderá comparecer à assembleia geral ordinária da Companhia. Em 2025, foram realizados 8 (itoito) reuniões (2024: 8). Suas atividades nesse período estão descritas a seguir: **Acompanhamento das atividades da Auditoria Interna:** Em 2025, a Auditoria Interna executou os trabalhos acordados com o Conselho de Administração. Os fatos relevantes ou extraordinários são tempestivamente levados ao Conselho, sempre que o Colegiado do Comitê considerá-los assim necessário. O Coordenador do Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance, acompanhado de outros membros, quando necessário ou conveniente e mediante convite do Conselho de Administração, poderá comparecer à assembleia geral ordinária da Companhia. Em 2025, foram realizados 8 (itoito) reuniões (2024: 8). Suas atividades nesse período estão descritas a seguir: **Acompanhamento das atividades da Auditoria Interna:** Em 2025, a Auditoria Interna executou os trabalhos acordados com o Conselho de Administração. Os fatos relevantes ou extraordinários são tempestivamente levados ao Conselho, sempre que o Colegiado do Comitê considerá-los assim necessário. O Coordenador do Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance, acompanhado de outros membros, quando necessário ou conveniente e mediante convite do Conselho de Administração, poderá comparecer à assembleia geral ordinária da Companhia. Em 2025, foram realizados 8 (itoito) reuniões (2024: 8). Suas atividades nesse período estão descritas a seguir: **Acompanhamento das atividades da Auditoria Interna:** Em 2025, a Auditoria Interna executou os trabalhos acordados com o Conselho de Administração. Os fatos relevantes ou extraordinários são tempestivamente levados ao Conselho, sempre que o Colegiado do Comitê considerá-los assim necessário. O Coordenador do Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance, acompanhado de outros membros, quando necessário ou conveniente e mediante convite do Conselho de Administração, poderá comparecer à assembleia geral ordinária da Companhia. Em 2025, foram realizados 8 (itoito) reuniões (2024: 8). Suas atividades nesse período estão descritas a seguir: **Acompanhamento das atividades da Auditoria Interna:** Em 2025, a Auditoria Interna executou os trabalhos acordados com o Conselho de Administração. Os fatos relevantes ou extraordinários são tempestivamente levados ao Conselho, sempre que o Colegiado do Comitê considerá-los assim necessário. O Coordenador do Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance, acompanhado de outros membros, quando necessário ou conveniente e mediante convite do Conselho de Administração, poderá comparecer à assembleia geral ordinária da Companhia. Em 2025, foram realizados 8 (itoito) reuniões (2024: 8). Suas atividades nesse período estão descritas a seguir: **Acompanhamento das atividades da Auditoria Interna:** Em 2025, a Auditoria Interna executou os trabalhos acordados com o Conselho de Administração. Os fatos relevantes ou extraordinários são tempestivamente levados ao Conselho, sempre que o Colegiado do Comitê considerá-los assim necessário. O Coordenador do Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance, acompanhado de outros membros, quando necessário ou conveniente e mediante convite do Conselho de Administração, poderá comparecer à assembleia geral ordinária da Companhia. Em 2025, foram realizados 8 (itoito) reuniões (2024: 8). Suas atividades nesse período estão descritas a seguir: **Acompanhamento das atividades da Auditoria Interna:** Em 2025, a Auditoria Interna executou os trabalhos acordados com o Conselho de Administração. Os fatos relevantes ou extraordinários são tempestivamente levados ao Conselho, sempre que o Colegiado do Comitê considerá-los assim necessário. O Coordenador do Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance, acompanhado de outros membros, quando necessário ou conveniente e mediante convite do Conselho de Administração, poderá comparecer à assembleia geral ordinária da Companhia. Em 2025, foram realizados 8 (itoito) reuniões (2024: 8). Suas atividades nesse período estão descritas a seguir: **Acompanhamento das atividades da Auditoria Interna:** Em 2025, a Auditoria Interna executou os trabalhos acordados com o Conselho de Administração. Os fatos relevantes ou extraordinários são tempestivamente levados ao Conselho, sempre que o Colegiado do Comitê considerá-los assim necessário. O Coordenador do Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance, acompanhado de outros membros, quando necessário ou conveniente e mediante convite do Conselho de Administração, poderá comparecer à assembleia geral ordinária da Companhia. Em 2025, foram realizados 8 (itoito) reuniões (2024: 8). Suas atividades nesse período estão descritas a seguir: **Acompanhamento das atividades da Auditoria Interna:** Em 2025, a Auditoria Interna executou os trabalhos acordados com o Conselho de Administração. Os fatos relevantes ou extraordinários são tempestivamente levados ao Conselho, sempre que o Colegiado do Comitê considerá-los assim necessário. O Coordenador do Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance, acompanhado de outros membros, quando necessário ou conveniente e mediante convite do Conselho de Administração, poderá comparecer à assembleia geral ordinária da Companhia. Em 2025, foram realizados 8 (itoito) reuniões (2024: 8). Suas atividades nesse período estão descritas a seguir: **Acompanhamento das atividades da Auditoria Interna:** Em 2025, a Auditoria Interna executou os trabalhos acordados com o Conselho de Administração. Os fatos relevantes ou extraordinários são tempestivamente levados ao Conselho, sempre que o Colegiado do Comitê considerá-los assim necessário. O Coordenador do Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance, acompanhado de outros membros, quando necessário ou conveniente e mediante convite do Conselho de Administração, poderá comparecer à assembleia geral ordinária da Companhia. Em 2025, foram realizados 8 (itoito) reuniões (2024: 8). Suas atividades nesse período estão descritas a seguir: **Acompanhamento das atividades da Auditoria Interna:** Em 2025, a Auditoria Interna executou os trabalhos acordados com o Conselho de Administração. Os fatos relevantes ou extraordinários são tempestivamente levados ao Conselho, sempre que o Colegiado do Comitê considerá-los assim necessário. O Coordenador do Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance, acompanhado de outros membros, quando necessário ou conveniente e mediante convite do Conselho de Administração, poderá comparecer à assembleia geral ordinária da Companhia. Em 2025, foram realizados 8 (itoito) reuniões (2024: 8). Suas atividades nesse período estão descritas a seguir: **Acompanhamento das atividades da Auditoria Interna:** Em 2025, a Auditoria Interna executou os trabalhos acordados com o Conselho de Administração. Os fatos relevantes ou extraordinários são tempestivamente levados ao Conselho, sempre que o Colegiado do Comitê considerá-los assim necessário. O Coordenador do Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance, acompanhado de outros membros, quando necessário ou conveniente e mediante convite do Conselho de Administração, poderá comparecer à assembleia geral ordinária da Companhia. Em 2025, foram realizados 8 (itoito) reuniões (2024: 8). Suas atividades nesse período estão descritas a seguir: **Acompanhamento das atividades da Auditoria Interna:** Em 2025, a Auditoria Interna executou os trabalhos acordados com o Conselho de Administração. Os fatos relevantes ou extraordinários são tempestivamente levados ao Conselho, sempre que o Colegiado do Comitê considerá-los assim necessário. O Coordenador do Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance, acompanhado de outros membros, quando necessário ou conveniente e mediante convite do Conselho de Administração, poderá comparecer à assembleia geral ordinária da Companhia. Em 2025, foram realizados 8 (itoito) reuniões (2024: 8). Suas atividades nesse período estão descritas a seguir: **Acompanhamento das atividades da Auditoria Interna:** Em 2025, a Auditoria Interna executou os trabalhos acordados com o Conselho de Administração. Os fatos relevantes ou extraordinários são tempestivamente levados ao Conselho, sempre que o Colegiado do Comitê considerá-los assim necessário. O Coordenador do Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance, acompanhado de outros membros, quando necessário ou conveniente e mediante convite do Conselho de Administração, poderá comparecer à assembleia geral ordinária da Companhia. Em 2025, foram realizados 8 (itoito) reuniões (2024: 8). Suas atividades nesse período estão descritas a seguir: **Acompanhamento das atividades da Auditoria Interna:** Em 2025, a Auditoria Interna executou os trabalhos acordados com o Conselho de Administração. Os fatos relevantes ou extraordinários são tempestivamente levados ao Conselho, sempre que o Colegiado do Comitê considerá-los assim necessário. O Coordenador do Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance, acompanhado de outros membros, quando necessário ou conveniente e mediante convite do Conselho de Administração, poderá comparecer à assembleia geral ordinária da Companhia. Em 2025, foram realizados 8 (itoito) reuniões (2024: 8). Suas atividades nesse período estão descritas a seguir: **Acompanhamento das atividades da Auditoria Interna:** Em 2025, a Auditoria Interna executou os trabalhos acordados com o Conselho de Administração. Os fatos relevantes ou extraordinários são tempestivamente levados ao Conselho, sempre que o Colegiado do Comitê considerá-los assim necessário. O Coordenador do Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance, acompanhado de outros membros, quando necessário ou conveniente e mediante convite do Conselho de Administração, poderá comparecer à assembleia geral ordinária da Companhia. Em 2025, foram realizados 8 (itoito) reuniões (2024: 8). Suas atividades nesse período estão descritas a seguir: **Acompanhamento das atividades da Auditoria Interna:** Em 2025, a Auditoria Interna executou os trabalhos acordados com o Conselho de Administração. Os fatos relevantes ou extraordinários são tempestivamente levados ao Conselho, sempre que o Colegiado do Comitê considerá-los assim necessário. O Coordenador do Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance, acompanhado de outros membros, quando necessário ou conveniente e mediante convite do Conselho de Administração, poderá comparecer à assembleia geral ordinária da Companhia. Em 2025, foram realizados 8 (itoito) reuniões (2024: 8). Suas atividades nesse período estão descritas a seguir: **Acompanhamento das atividades da Auditoria Interna:** Em 2025, a Auditoria Interna executou os trabalhos acordados com o Conselho de Administração. Os fatos relevantes ou extraordinários são tempestivamente levados ao Conselho, sempre que o Colegiado do Comitê considerá-los assim necessário. O Coordenador do Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance, acompanhado de outros membros, quando necessário ou conveniente e mediante convite do Conselho de Administração, poderá comparecer à assembleia geral ordinária da Companhia. Em 2025, foram realizados 8 (itoito) reuniões (2024: 8). Suas atividades nesse período estão descritas a seguir: **Acompanhamento das atividades da Auditoria Interna:** Em 2025, a Auditoria Interna executou os trabalhos acordados com o Conselho de Administração. Os fatos relevantes ou extraordinários são tempestivamente levados ao Conselho, sempre que o Colegiado do Comitê considerá-los assim necessário. O Coordenador do Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance, acompanhado de outros membros, quando necessário ou conveniente e mediante convite do Conselho de Administração, poderá comparecer à assembleia geral ordinária da Companhia. Em 2025, foram realizados 8 (itoito) reuniões (2024: 8). Suas atividades nesse período estão descritas a seguir: **Acompanhamento das atividades da Auditoria Interna:** Em 2025, a Auditoria Interna executou os trabalhos acordados com o Conselho de Administração. Os fatos relevantes ou extraordinários são tempestivamente levados ao Conselho, sempre que o Colegiado do Comitê considerá-los assim necessário. O Coordenador do Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance, acompanhado de outros membros, quando necessário ou conveniente e mediante convite do Conselho de Administração, poderá comparecer à assembleia geral ordinária da Companhia. Em 2025, foram realizados 8 (itoito) reuniões (2024: 8). Suas atividades nesse período estão descritas a seguir: **Acompanhamento das atividades da Auditoria Interna:** Em 2025, a Auditoria Interna executou os trabalhos acordados com o Conselho de Administração. Os fatos relevantes ou